

Artigo original

Análise de indicadores do Sistema Nacional de Emprego

Analysis of indicators from the National Employment System in Brazil

Vitor Matheus Oliveira de Menezes^{1,2*} ¹Instituto Unibanco, São Paulo, SP, Brasil²Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Brasília, DF, Brasil

Vitor Matheus Oliveira de Menezes, branco, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, analista de políticas educacionais do Instituto Unibanco, consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

COMO CITAR: Menezes, Vitor Matheus Oliveira. (2023). Análise de indicadores do Sistema Nacional de Emprego. *Revista Brasileira de Avaliação*, 12(2 spe), e121423. <https://doi.org/10.4322/rbaval202312014>

Resumo

Este artigo investiga a história do Sistema Nacional de Emprego (Sine), conjugando registros administrativos e resultados de pesquisas domiciliares. A pesquisa analisa como indicadores selecionados variam entre grupos de trabalhadores, bem como o papel da intermediação pública no processo de procura por trabalho. Merecem destaque a queda da densidade do Sine nos anos 2010 e o aumento do número de encaminhamentos dos trabalhadores para entrevistas de emprego entre 2000 e 2019, fenômeno que não foi acompanhado pela absorção desses trabalhadores pelo mercado de trabalho. A taxa de admissão revela que a participação do Sine nas contratações é residual, enquanto a atratividade é mais elevada para trabalhadores do que para empregadores. Finalmente, a taxa de colocação do Sine é mais alta entre os homens em idade produtiva.

Palavras-chave: Políticas de emprego. Mercado de trabalho. Intermediação profissional. Sine.

Abstract

This article investigates the history of the National Employment System (Sine), combining administrative records and results of household surveys. The research analyzes how selected indicators vary across groups of workers, as well as the role of public intermediation in the job search process. The drop in the density of Sine in the 2010s and the increase in the number of referrals of workers to job interviews between 2000 and 2019, a phenomenon that was not followed by the absorption of these workers by the labor market, should be highlighted. The admission rate reveals that Sine's participation in hiring is residual, while the attractiveness is higher for workers than for employers. Finally, the Sine placement rate is higher among men of working age.

Keywords: Employment policies. Labor market. Professional intermediation. Sine.

A RBAVAL apoia os esforços relativos à visibilidade dos autores negros na produção científica. Assim, nossas publicações solicitam a autodeclaração de cor/etnia dos autores dos textos para tornar visível tal informação nos artigos.

Recebido: Março 15, 2023

Aceito: Maio 17, 2023

***Autor correspondente:**

Vitor Matheus Oliveira de Menezes

E-mail: vitormenezes@usp.br

Instituições Parceiras: Fundação Arymax e Fundação Tide Setubal



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



Introdução

No capitalismo central, os serviços nacionais de emprego datam do início do século XX. Seu objetivo é facilitar o acesso a informações e a oportunidades que estão dispersas em um território, o que reduz os custos da procura por trabalho e do recrutamento de mão de obra (Cacciamali, 2005). Os serviços de emprego se tornaram ainda mais importantes a partir dos anos 1970, pois a fragmentação dos mercados de trabalho elevou os custos e os riscos das contratações, bem como a dificuldade de mapear e contactar trabalhadores com habilidades não tão disseminadas na força de trabalho (Autor, 2009).

No Brasil, o Sistema Nacional de Emprego (Sine) foi criado apenas em 1975. Desde então, o Sine passou por quatro ciclos de desenvolvimento. No primeiro, o financiamento do Sistema dependia da disponibilidade de recursos ordinários da União. Com a crise fiscal e a queda da arrecadação nos anos 1980, o efeito imediato foi o subfinanciamento do Sine (Cardoso Júnior et al., 2006). Os anos 1990 deram início a um segundo ciclo, quando o Programa de Seguro-Desemprego passou a articular as políticas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra. O financiamento do Sistema passou a ser atrelado ao desempenho dos postos de atendimento, via convênios temporários custeados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Na década de 2000, em um terceiro ciclo, o Sine passou a apoiar o pagamento do benefício do Seguro-Desemprego, o que o levou a absorver a estrutura paralela que havia sido montada em 1986 para a operacionalização do seguro. Já no quarto e último ciclo, a Lei 13.667 (Brasil, 2018) instituiu um modelo de financiamento do Sine baseado em repasses automáticos do FAT para fundos locais criados pelos estados e municípios¹.

Um levantamento mais detalhado da evolução da política de intermediação profissional pode ser lido em Menezes (2022). Com um objetivo mais circunscrito, este artigo investiga a história do Sine a partir dos seus indicadores mais relevantes. Vale notar que esses indicadores não refletem apenas a efetividade do Sistema, mas também as condições do mercado de trabalho. Como qualquer serviço de emprego, o Sine é incapaz de lidar com o desemprego cíclico, provocado pela queda da oferta de trabalho em períodos recessivos (Holzner & Watanabe, 2015). Ademais, se o serviço de emprego facilita o encontro entre trabalhadores e empregadores, por vezes, o encaminhamento esbarra na incompatibilidade entre as demandas das firmas e as habilidades dos trabalhadores, o que prolonga o tempo de desemprego para os indivíduos com baixa qualificação profissional (McQuaid, 2006). Esses fatores justificam a combinação entre as características do Sine e do mercado de trabalho na interpretação dos resultados da política de intermediação de mão de obra.

Os próximos tópicos se dividem em quatro seções. A primeira foca nos indicadores absolutos e relativos de performance do Sine. Para isso, analiso um conjunto de dados coletados em 2020 via Lei de Acesso à Informação, complementados por dados públicos disponíveis no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Já a segunda seção problematiza a estratificação do acesso à política de intermediação de mão de obra, decompondo os indicadores de performance do Sine por grupos de trabalhadores. Além das bases de dados mobilizadas na seção anterior, esta seção examina os boletins do FAT e os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-C). Em seguida, a terceira seção discute quais providências de procura por trabalho são mais relevantes no Brasil, fazendo uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da PNAD-C. Finalmente, a quarta seção discute as contribuições mais importantes do artigo.

Análise dos indicadores do Sine: número de postos de atendimento e taxas de efetividade, colocação, admissão e atratividade

A Figura 1 apresenta a capilaridade do Sine no período 2000-19. Do lado esquerdo, constam a evolução da quantidade de postos de atendimento e de “eventos” no mercado de trabalho, ou seja, as admissões somadas aos desligamentos, disponíveis no Anexo A.

¹ Até então, o Sine se baseava em convênios entre o Governo Federal e os estados, os primeiros responsáveis pela implementação das agências de emprego, e os últimos, pela execução dos serviços. Havia certa preocupação com a estabilidade do Sistema, pois sua existência dependia da celebração de acordos temporários.

Esse indicador informa o tamanho e a rotatividade do mercado de trabalho formal. Do lado direito, a Figura 1 apresenta a densidade dos postos de atendimento do Sine, que representa a razão entre a quantidade de postos e o número de eventos no mercado de trabalho (Ramos & Freitas, 1998). Quanto maior a densidade, melhor o ajuste do Sistema às necessidades populacionais.

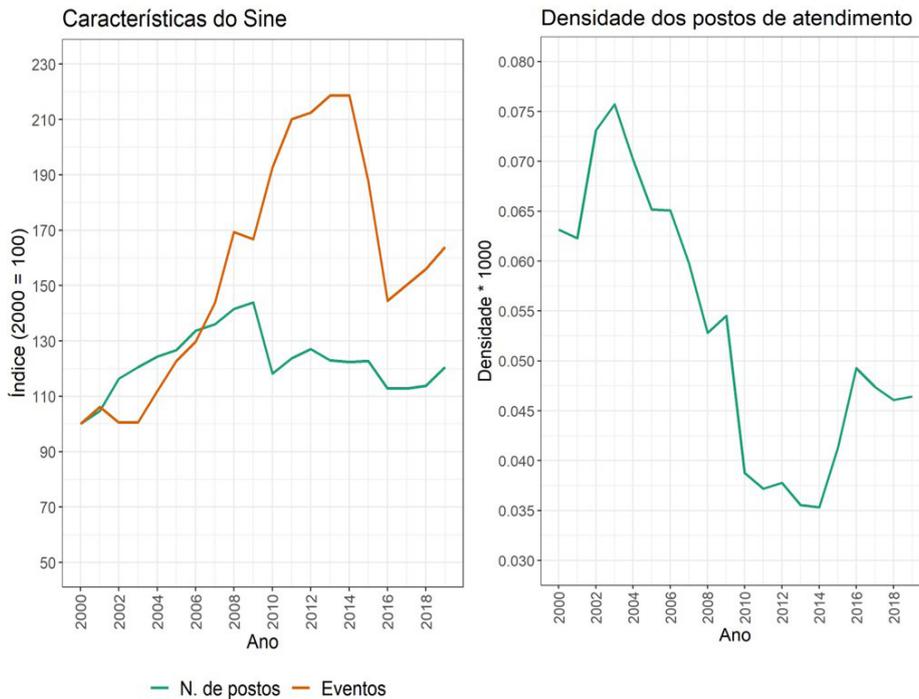


Figura 1. Quantidade e densidade dos postos de atendimento (2000-2019).

Fonte: CAGED e Ministério da Economia, via Lei de Acesso à Informação. Elaboração própria.

A quantidade de postos de atendimento aumentou entre 2000 e 2009, mas o período também foi marcado por avanços no tamanho da população economicamente ativa, no índice de formalização e na rotatividade do mercado de trabalho. De 2003 a 2009, o número de eventos cresceu mais rapidamente (66,7%) do que a quantidade de postos de atendimento (44,9%), e como resultado, a densidade do Sine caiu de maneira substancial.

O fim de um ciclo dos convênios temporários, em 2010, fez a quantidade de postos recuar ao indicador de 2003². Com a expansão do número de eventos no mercado de trabalho formal, a densidade do Sine atingiu um dos menores valores da série, permanecendo estável até 2014, com leve tendência de queda. Entre 2015 e 2016, a queda do número de eventos, devido ao recuo do número de admissões, foi acompanhada pela estabilidade dos postos de atendimento. A densidade do Sine voltou a crescer, mas ainda sem alcançar o índice pré-2010. De 2016 a 2019, uma leve recuperação econômica tornou as admissões mais frequentes, o que fez a quantidade de eventos aumentar 13,4% entre 2016 e 2019, enquanto a quantidade de agências avançou apenas 6,9%. O resultado foi uma oscilação para baixo na densidade do Sine.

Para ler os dados de outra maneira, pode-se inverter a razão e calcular a quantidade de postos de atendimento para cada evento no mercado de trabalho. Em média, no período 2000-19, o Brasil contou com um posto de atendimento do Sine para cada 20.106 eventos no mercado de trabalho. Em 2000, a razão era de um posto para cada 15.831 eventos, enquanto em 2019, após a tendência de queda descrita no parágrafo anterior, um posto do Sine era responsável por 21.539 eventos no mercado de trabalho. Apesar de avanços institucionais importantes, como na interface entre as políticas de emprego e no modelo de convênios, o Sine se enfraqueceu como um sistema capaz de regular as relações assalariadas. Esse fenômeno

² De acordo com dados coletados via Lei de Acesso à Informação, a quantidade de postos de atendimento recuou cerca de 17,8% entre 2009 e 2010.

foi acompanhado pelo fortalecimento da intermediação privada, assentada na procura não-presencial via aplicativos, observada tanto no Brasil (Guimarães, 2009; Moretto, 2018) quanto no cenário internacional (Weishaupt, 2011).

Além da densidade do Sine, outras medidas servem para mensurar a efetividade da política de intermediação profissional. A Figura 2 apresenta a quantidade de trabalhadores inscritos, de encaminhamentos para entrevistas, de vagas oferecidas e de trabalhadores colocados no mercado de trabalho via Sine. A série inicia em 1998, pois o Ministério da Economia não possui informações para o período anterior, devido a uma mudança na base de dados.

Na Figura 2, o dado mais importante é o baixo número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho, a despeito da elevação da quantidade de encaminhamentos durante os anos 2000. Isso se mantém durante toda a série, com pouca influência da conjuntura econômica e do comportamento dos outros indicadores. Outras tendências merecem atenção: *i)* até 2008, todos os indicadores aumentaram, em um período marcado por queda das taxas de desemprego, expansão do mercado de trabalho formal e aumento da rotatividade de mão de obra; *ii)* entre 2008 e 2010, o número de trabalhadores inscritos diminuiu, mas os outros indicadores permaneceram estáveis; *iii)* de 2010 a 2013, os três primeiros indicadores cresceram e atingiram o seu ápice na série histórica, mas a quantidade de trabalhadores colocados via Sine caiu 3,5%; e *iv)* logo em seguida, todos os indicadores registraram queda, durante uma recessão econômica em 2014-16 e uma lenta recuperação econômica em 2017-19. Com efeito, a quantidade de trabalhadores inscritos em 2019 foi 57,4% inferior à observada em 2013; o número de vagas oferecidas, 67,2%; o número de encaminhamentos para entrevistas, 37,7%; e o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho via Sine, 44,8%.

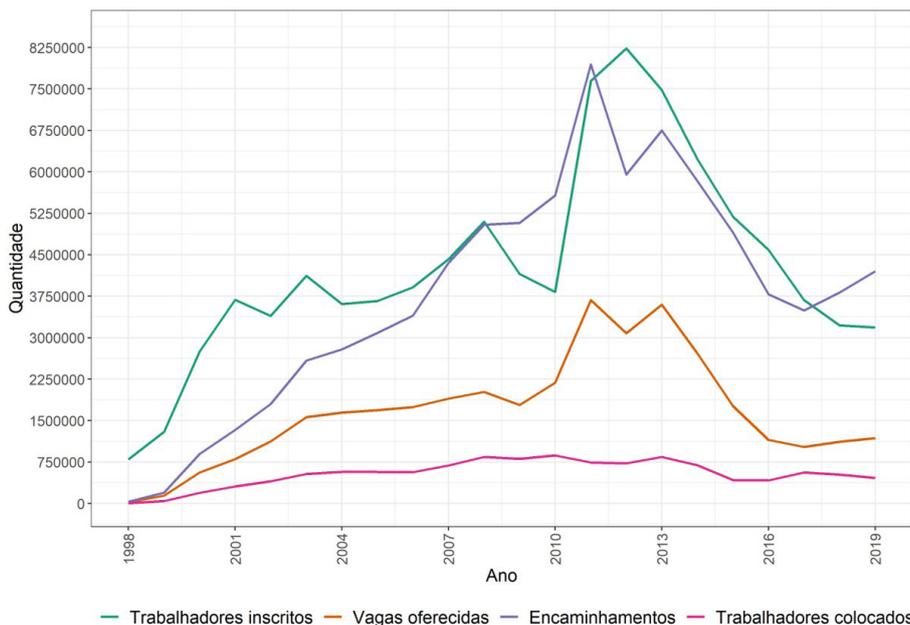


Figura 2. Números absolutos da performance do Sine (1998-2019).

Fonte: Ministério da Economia, via Lei de Acesso à Informação. Elaboração própria.

Nota: a quantidade de trabalhadores inscritos diz respeito ao volume de inscrições em cada ano. Trabalhadores que se inscreveram em anos anteriores constam como cadastros ativos e podem ser encaminhados para vagas de emprego, o que faz com que esse segundo indicador seja, por vezes, maior do que o primeiro.

Visto que a intermediação pública de mão de obra se baseia no assalariamento e busca corrigir o desemprego friccional, seu sucesso depende de um mercado de trabalho estruturado. Isso explica, pelo menos em parte, o arrefecimento da colocação profissional durante a recessão econômica de 2014-16 e sua incapacidade de se recuperar a partir de 2017.

Para melhor entender a performance do Sine, alguns pesquisadores, como Cardoso Júnior et al. (2006) e Castro (2012), utilizam razões entre os indicadores absolutos e a



quantidade de trabalhadores contratados e demitidos no Brasil. A Tabela 1 apresenta os resultados novamente para o período 2000-19. Esses dados não refletem apenas as decisões e expectativas de empregadores e trabalhadores, pois são afetados, em um nível macro, pelas características do mercado de trabalho e pela infraestrutura da intermediação pública. Por exemplo, nem todos os municípios possuem postos do Sine, o que faz com que alguns valores relativos sejam subdimensionados logo de partida. Se é difícil obter informações mais granulares do Sine, assim como cruzar essas informações com a oferta de postos em cada município, é preciso ler os indicadores tendo em vista os constrangimentos estruturais que marcam a intermediação pública e a institucionalização do mercado de trabalho no Brasil.

A taxa de efetividade é a razão entre o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho via Sine e a quantidade de trabalhadores encaminhados para entrevistas de emprego. Por meio dessa medida, é possível avaliar a capacidade de o Sine servir como meio de recrutamento de mão de obra. No período, a taxa de efetividade caiu de maneira praticamente contínua, e em 2019, o indicador foi quase a metade do registrado em 2000. Muitos trabalhadores eram encaminhados para entrevistas, mas poucos conseguiam uma vaga de emprego ao final dos processos seletivos. Duas hipóteses podem explicar esse fenômeno. A primeira é que outras estratégias de alocação de mão de obra se fortaleceram no período, como por meio dos serviços privados de intermediação e da busca ativa realizada pelas firmas, o que diminuiu a competitividade dos usuários do Sine e redefiniu a disputa pela legitimidade dos serviços de intermediação. A segunda hipótese é que o aumento da competitividade no mercado de trabalho tornou os trabalhadores de baixa escolaridade pouco “empregáveis”, o mesmo valendo para aqueles sem experiência ocupacional anterior. Somente os indivíduos com os requisitos mínimos (Ensino Médio completo, habilidades tecnológicas, experiência comprovada em carteira, cursos profissionalizantes etc.) seriam absorvidos após o encaminhamento para as entrevistas, deixando os outros trabalhadores para trás na competição por vagas de emprego.

Já a taxa de colocação é a razão entre o número de trabalhadores contratados via Sine e o número de trabalhadores inscritos. Esse indicador informa se os desempregados conseguem uma ocupação após acessarem o Sistema. Após uma tendência positiva até 2010, quando o mercado de trabalho formal estava aquecido e a taxa de desemprego havia experimentado queda, a taxa

Tabela 1. Indicadores de performance do Sine (2000-2019) (em %).

	Taxa de efetividade	Taxa de colocação	Taxa de admissão	Atratividade aos trabalhadores	Atratividade aos empregadores
2000	21,64	7,05	2,01	30,03	5,81
2001	23,12	8,35	2,97	40,06	7,76
2002	22,20	11,77	4,07	36,38	11,45
2003	20,68	12,98	5,45	43,77	15,90
2004	20,53	15,85	5,06	36,93	14,57
2005	18,55	15,63	4,70	33,52	13,89
2006	16,74	14,54	4,43	33,72	13,58
2007	15,82	15,59	4,81	34,74	13,25
2008	16,69	16,50	5,05	33,54	12,10
2009	15,97	19,51	5,01	27,34	11,02
2010	15,61	22,72	4,53	22,43	11,37
2011	9,32	9,69	3,60	40,24	17,89
2012	12,20	8,82	3,55	42,09	15,07
2013	12,44	11,22	4,01	37,01	17,18
2014	11,90	11,14	3,36	30,39	13,14
2015	8,63	8,16	2,51	28,05	10,43
2016	11,01	9,09	2,94	29,51	8,13
2017	16,11	15,28	3,99	25,91	7,28
2018	13,73	16,26	3,52	22,28	7,49
2019	11,03	14,54	2,95	21,02	7,51

Fonte: CAGED e Ministério da Economia, via Lei de Acesso à Informação. Elaboração própria.



de colocação diminuiu até o ano de 2016. Isso se deve a motivos diferentes em cada triênio. O número de trabalhadores inscritos cresceu entre 2010 e 2013, mas o Sine havia atingido o seu “teto” de colocação profissional, que se manteve praticamente estável. De 2014 a 2016, os dois indicadores passaram a cair juntos, ainda que de maneira mais expressiva na quantidade de colocações (-40%) do que na quantidade de inscrições (-26,4%). O resultado foi uma das menores taxas de colocação da série, quando apenas 9,1% dos trabalhadores inscritos conseguiram emprego via Sine. Esse indicador aumentou em 2017, como resultado da elevação do número de colocações e da continuidade da queda do número de inscrições. De 2017 a 2019, o indicador permaneceu estável, quando as colocações e as inscrições diminuíram, respectivamente, 17,6% e 13,4%.

A taxa de admissão é a razão entre o número de trabalhadores contratados via Sine e o número de trabalhadores admitidos no Brasil, de acordo com os dados CAGED, disponível no Anexo A. A taxa de admissão traduz a relevância (ou irrelevância) do Sine como um serviço de colocação profissional, responsável por facilitar o encontro entre a demanda e a oferta de força de trabalho. Seus valores são residuais, alcançando, em média, apenas 3,9% do total de contratações no mercado de trabalho formal. Essa é uma característica dos serviços de emprego dos países latino-americanos, que possuem mercados de trabalho pouco estruturados e transparentes (Mazza, 2013). As vagas de emprego não costumam ser publicamente divulgadas, e dada a baixa efetividade da intermediação pública, a inserção profissional depende das estratégias privadas de procura por trabalho.

No Brasil, a taxa de admissão aumentou nos anos 2000, quando a quantidade de trabalhadores colocados avançou mais rapidamente do que o total de admissões no mercado formal. Esse indicador atingiu o valor máximo de 5,4%, ultrapassando o patamar dos 5% apenas em 2003, 2004, 2008 e 2009. Não à toa, a Resolução n. 557 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat, 2005) reconheceu, em 2005, “*claros sinais de estagnação*” do modelo tradicional do Sine, limitado às relações assalaridas. Com o enfraquecimento da colocação profissional, a taxa de admissão caiu nos anos 2010 e a intermediação pública passou a ser ainda menos importante para o funcionamento do mercado de trabalho.

Os últimos dois indicadores informam a atratividade do Sine para trabalhadores e empregadores. Para os primeiros, a Tabela 1 apresenta a razão entre o número de trabalhadores inscritos no Sine e o número de demissões no Brasil, novamente de acordo com os dados do Anexo A que foram disponibilizados pelo CAGED. Essa medida revela se os trabalhadores, logo após perderem o emprego, entendem o Sine como um ambiente adequado de procura laboral. O indicador diminuiu na série, especialmente no íterim 2008-2010 e de 2013 em diante. A atratividade para os trabalhadores caiu justamente quando a quantidade de demissões havia aumentado, e no caso do segundo período, quando o mercado de trabalho havia se tornado menos estruturado, com altos índices de desemprego e informalidade. Muitos trabalhadores passaram a optar por estratégias de procura não mediadas pelo Estado, o que diminuiu o número de trabalhadores inscritos. Esse fenômeno está associado à disseminação das ocupações informais, fora do alcance do Sine, ao passo que a baixa efetividade da intermediação pública tornou o Sine pouco atrativo para os trabalhadores.

Finalmente, a atratividade para empregadores é a razão entre o número de vagas oferecidas no Sine e o número de admissões no mercado de trabalho formal. Essa taxa é consideravelmente menor do que a relativa aos trabalhadores, e após avançar de maneira irregular até o início dos anos 2010, passou a cair com a crise econômica de 2014. É esperado que um serviço de emprego forneça garantias aos empregadores, por meio da triagem dos desempregados. Mas essa função não tem se mostrado tão proeminente, sobretudo nos últimos anos, como atesta a queda abrupta da quantidade de vagas captadas pelo Sine. Esses dados ilustram o enfraquecimento do Sine durante a desestruturação do mercado de trabalho e a utilização de outras estratégias de recrutamento por parte dos empregadores.

É difícil comparar a performance dos serviços públicos de emprego, sobretudo em países com níveis heterogêneos de desemprego e com modelos distintos de regulação do mercado de trabalho. Considerando essas dificuldades, que se somam aos poucos dados disponíveis, talvez a melhor forma de avaliar o Sine seja comparar sua taxa de colocação



(trabalhadores colocados / trabalhadores inscritos) com a alcançada pela intermediação pública em outros países latino-americanos.

Enquanto 11,1% dos trabalhadores inscritos no Sine foram colocados no mercado de trabalho em 2014, o mesmo indicador foi de 32% no Uruguai (OIT, 2015a), 25% no Chile (OIT, 2015b), 25% na Argentina (OIT, 2015c), 19% na Colômbia (OIT, 2015d), 34% no Equador (OIT, 2015e) e 10% no Paraguai (OIT, 2015f). O Brasil começava a experimentar uma desaceleração econômica no ano de referência, mas o saldo no mercado de trabalho formal ainda era positivo³. Ou seja, no período analisado, o Sine apresentou uma taxa de colocação muito baixa mesmo em comparação aos indicadores registrados em outros países latino-americanos, o que reflete um mercado de trabalho especialmente fragmentado e heterogêneo.

A política de intermediação de mão de obra e a estratificação do mercado de trabalho

Para analisar a estratificação do acesso ao Sine, a Tabela 2 põe em paralelo a composição da força de trabalho inscrita no Sine em 2019 com a composição da força de trabalho desempregada. Os dados demonstram que homens, com escolaridade intermediária e idade entre 18 e 24 anos estão sobre representados no Sine, quando em comparação às características médias dos desempregados.

Tabela 2. Características da força de trabalho inscrita no Sine e da força de trabalho desempregada (2019).

	Composição da força de trabalho inscrita no Sine (em %)	Composição da força de trabalho desempregada (em %)	% de empregados com carteira assinada
Sexo			
Homens	52,4	45,5	69,2
Mulheres	47,6	54,5	62,4
Idade			
Até 17 anos	2,2	8,4	25,8
18 a 24 anos	59,1	31,3	60
De 25 a 29 anos	10,3	14,2	70,3
De 30 a 39 anos	12,2	20,9	71,8
De 40 a 49 anos	9	13,6	67,7
De 50 a 64 anos	6,6	10,7	63,5
65 anos ou mais	0,6	0,9	44,2
Escolaridade			
Ensino Fundamental incompleto	13,1	22,8	48,8
Ensino Fundamental completo	29,8	22,3	60
Ensino Médio completo	56,1	45,1	72,7
Ensino Superior completo	1,1	9,9	77

Fonte: Boletins do Fundo de Amparo ao Trabalhador e PNAD-C (2019). Elaboração própria.

A Tabela 2 também informa a proporção de empregados com carteira assinada em cada grupo, a fim de sumarizar a participação dos indivíduos no mercado de trabalho formal. Os indivíduos com idade entre 18 e 24 anos, ainda sem redes de contato profissional e com baixa aderência a nichos ocupacionais específicos, costumam escolher o Sine como um dos primeiros ambientes de procura por trabalho. Além de mediar o encontro entre oferta e demanda por mão de obra, o Sine emite carteiras de trabalho, o que incentiva a presença de trabalhadores jovens. Contudo, entre os trabalhadores com até 17 anos de idade, a taxa de formalização é muito baixa, o que enfraquece o uso da intermediação pública, restrita aos setores organizados da economia⁴.

³ Segundo dados do CAGED, em 2014, 20.661.059 trabalhadores foram admitidos no Brasil, contra 20.508.345 de desligamentos.

⁴ Para os indivíduos com idade abaixo de 16 anos, a contratação via carteira de trabalho é permitida apenas na condição de aprendiz, o que limita a atuação do Sine.



A maior participação masculina no mercado de trabalho formal explica a sobre representação dos homens no Sine. Já entre os níveis escolares, a composição escolar dos usuários do serviço acompanha, até o Ensino Médio completo, a taxa de registro em carteira. Mas isso não ocorre entre os trabalhadores com formação universitária. A esse respeito, vale notar que o principal incentivo à inscrição no Sistema é o tipo de emprego ofertado. A Tabela 3 apresenta as 10 ocupações com mais vagas captadas pelo Sistema em 2019, contabilizando 34,6% do total. O setor de serviços abarcou 43% das vagas, seguido pelos setores de comércio (21%), indústria (16%) e construção civil (10%)⁵. As vagas contemplam ocupações elementares, com baixos salários e direcionadas a indivíduos com qualificação baixa ou intermediária, o que desincentiva o engajamento dos trabalhadores com formação universitária.

Tabela 3. Ocupações com mais vagas captadas pelo Sine (2019).

Ocupação	Frequência (% do total)
Alimentador de linha de produção	7,4
Faxineiro	4,9
Vendedor de comércio varejista	4,9
Operador de caixa	2,5
Atendente de lojas e mercados	2,5
Auxiliar nos serviços de alimentação	2,6
Auxiliar de escritório	2,4
Operador de telemarketing	2,3
Servente de obras	2,6
Motorista de caminhão	2,5

Fonte: Boletim do Fundo de Amparo ao Trabalhador (2019). Elaboração própria.

Mais uma vez, os índices de performance do Sine são úteis, já que levam em conta a composição do mercado de trabalho⁶. A Figura 3 atesta que o Sine é mais atrativo (trabalhadores inscritos / total de demissões no Brasil) para as mulheres do que para os homens. Ou seja, se os homens estão sobre representados no Sine, a tendência se inverte quando o volume de desligamentos entre homens e mulheres é considerado, o que corrige a diferença de formalização entre os dois grupos.

A taxa de atratividade também foi mais elevada entre os trabalhadores com até 17 anos de idade, indicador que recua nas faixas etárias seguintes e volta a crescer no grupo de trabalhadores com idade entre 40 e 64 anos. Os trabalhadores jovens são menos propensos ao uso de outras estratégias de procura, que dependem de contatos e experiências ocupacionais anteriores, ao que se soma o papel do Sine na emissão das carteiras de trabalho⁷. Entre os níveis educativos, o Ensino Superior completo possui a menor taxa de atratividade, o inverso ocorrendo no Ensino Fundamental completo. O Sine tem se constituído como um serviço dedicado aos trabalhadores menos escolarizados, com baixa capacidade de atrair indivíduos com formação universitária, dada a prevalência das ocupações elementares na captação de vagas.

Para o sexo e as faixas etárias, a taxa de colocação (trabalhadores contratados via Sine / total de trabalhadores inscritos) seguiu o caminho contrário. Os homens e os trabalhadores com idade intermediária possuem mais chance de conseguir emprego, pois os inscritos, durante a triagem e após o encaminhamento para as empresas, são avaliados pelo nível de qualificação profissional e por sua experiência anterior no mercado de trabalho formal. Ainda que sejam mais escolarizadas, as mulheres tendem a transitar com menos frequência e de maneira irregular entre as ocupações registradas, o que prejudica suas chances de

⁵ Completando o *ranking*, constam as ocupações na agropecuária (3%), setor financeiro (1%), administração pública (1%) e informação e comunicação (1%).

⁶ Não foi possível incluir a variável racial, já que o CAGED não informa o número de admitidos e desligados em cada categoria que compõe essa variável.

⁷ A utilização do volume de demissões como denominador da taxa de atratividade considera a participação desse grupo nas relações assalariadas, bem inferior às outras faixas etárias.

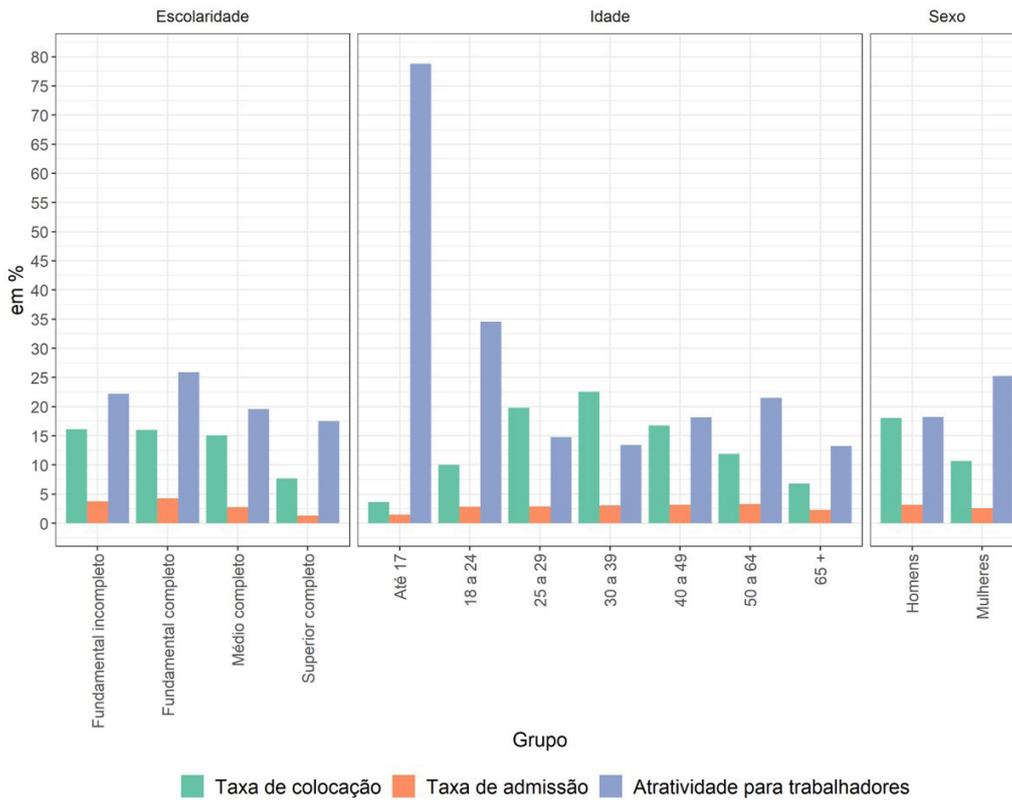


Figura 3. Colocação, admissão e atratividade para trabalhadores, por sexo, idade e escolaridade (2019).
Fonte: CAGED e Ministério da Economia, via Lei de Acesso à Informação. Elaboração própria.

contratação. Além disso, a estrutura ocupacional é segregada entre homens e mulheres (Leite & Salas, 2014; Botassio & Vaz, 2020). As diferentes taxas de colocação indicam que a razão entre trabalhadores inscritos e vagas captadas é menos favorável nas ocupações femininas. Também é possível que essas ocupações sejam atravessadas por outras estratégias de recrutamento, como a partir das indicações pessoais e das agências privadas de colocação profissional, o que diminui a efetividade do Sine. O teste destas hipóteses e a influência de processos seletivos discriminatórios escapam ao alcance deste artigo.

A taxa de colocação é mais alta entre os indivíduos com idade entre 25 e 39 anos. De um lado, os jovens possuem pouca experiência no mercado de trabalho formal, e muitos estão em busca do primeiro emprego, o que prejudica o “sucesso” nos processos seletivos. De outro, os trabalhadores mais velhos são vistos como incapazes de se adaptar às novas ferramentas tecnológicas e às demandas dos empregadores, o que os torna vulneráveis à reestruturação das firmas e pouco desejados nos processos seletivos (Lins et al., 2013; Felix, 2016). Entre os níveis escolares, a taxa de colocação se mantém estável até o Ensino Médio completo, para então cair entre os trabalhadores com formação universitária. Isso ocorre porque esses trabalhadores, mesmo com alta escolaridade, tendem a transitar com menos frequência entre as ocupações que são oferecidas no Sine. Logo, possuem pouca experiência e baixo nível de treinamento para o exercício dessas ocupações.

Finalmente, a taxa de admissão (trabalhadores contratados via Sine / total de trabalhadores contratados no Brasil) foi baixa em todos os grupos. O índice variou pouco entre homens e mulheres, sendo inferior entre os indivíduos com até 17 anos de idade. Isso se explica pela menor competitividade desse grupo nos processos seletivos, considerando tanto a qualificação quanto a experiência profissional. Isso faz com que mais trabalhadores obtenham emprego por outros meios, por exemplo, via apoio informal e procura avulsa por trabalho. No caso dos níveis escolares, a taxa de admissão é maior entre os indivíduos com Ensino Fundamental completo e menor entre aqueles com formação universitária. Essa diferença se explica pelos tipos de vaga que são oferecidos no Sine e pela capacidade de os



trabalhadores competirem nos processos seletivos⁸. A despeito dessas variações, a taxa de admissão é residual em todos os grupos de trabalhadores.

A procura por trabalho no Brasil

Para aprofundar a análise sobre o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, vale discutir quais providências de procura por trabalho são entendidas como válidas pelos desempregados. A Figura 4 apresenta algumas dessas providências no período 1992-2019, utilizando os microdados da PNAD e da PNAD-C. As duas bases de dados diferem em pontos importantes⁹, e por isso, a série deve ser analisada com cautela.

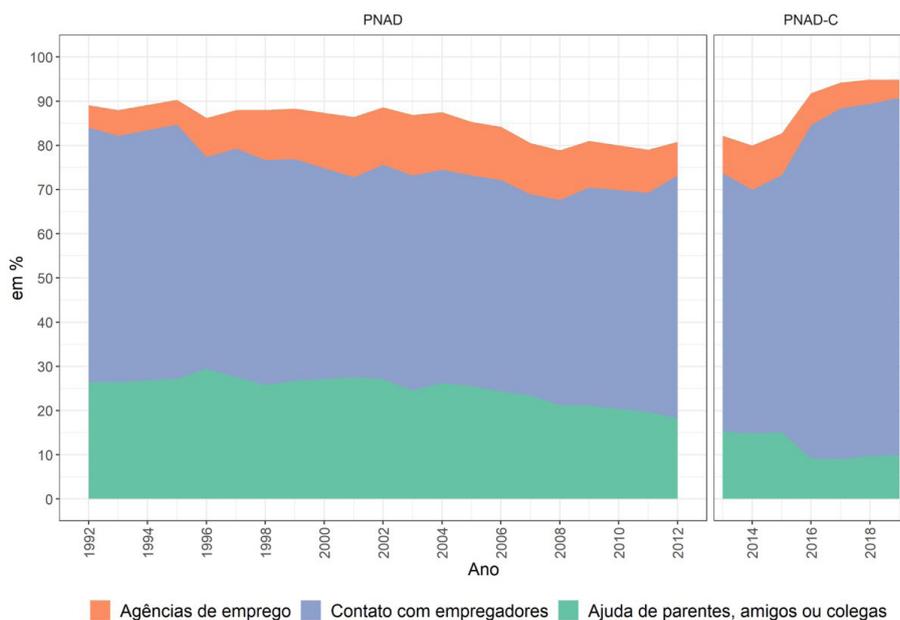


Figura 4. Providências de procura por emprego (1992-2019).

Fonte: PNAD (1992-2012) e PNAD-C (2013-2019). Elaboração própria.

No período 1992-2003, a intermediação de mão de obra via sindicatos e agências de emprego saltou de 5,1% para 13,7% entre os desempregados. A consolidação do Sine e a expansão das agências privadas de emprego se somaram à reestruturação do sistema produtivo, o que intensificou a mobilidade intersetorial e tornou mais incerta a experiência de procura por trabalho. Nesse novo momento da economia nacional, muitos trabalhadores com registro em carteira se tornaram desempregados, e em um cenário atravessado por incertezas, as agências de emprego foram percebidas como capazes de centralizar as informações ocupacionais e mediar a entrada em novos nichos de emprego. Mas a intermediação profissional não acompanhou a pujança do mercado de trabalho formal entre 2004 e 2012, e a procura via sindicatos e agências de emprego se tornou menos frequente (de 13% para 7,6%). O uso de redes interpessoais também diminuiu nesse período (de 26,3% para 18,2%), pois a expansão do mercado de trabalho formal permitiu que muitos indivíduos se sentissem seguros em procurar trabalho *“sem mediadores*

⁸ A taxa de colocação é um pouco menor no Ensino Médio completo do que no Ensino Fundamental completo e incompleto, o mesmo valendo para a taxa de admissão. Possivelmente, isso se deve à composição etária desses públicos, o que interfere na experiência ocupacional anterior e nas chances de contratação. Muitos indivíduos afluem ao Sine logo após o término do Ensino Médio, o que tende a sobre representar os indivíduos com até 24 anos de idade nesse nível escolar. Entretanto, os dados disponibilizados pelo Ministério da Economia não permitem o cruzamento dos perfis pessoais e a realização de análises mais precisas sobre o assunto.

⁹ Na antiga PNAD, os desempregados eram instados a responder qual havia sido a última providência de procura por trabalho, enquanto na PNAD-C, o questionário se voltou à providência considerada mais importante no mês de referência. As opções de resposta também foram alteradas. Se a antiga PNAD incluía em uma mesma categoria a procura nas agências de emprego e sindicatos, a PNAD-C passou a contar com duas categorias de intermediação: a consulta em postos de atendimento do Sine e nas agências de emprego municipais e estaduais; e a consulta em agências privadas ou sindicatos. Para o período coberto pela PNAD-C, a Figura 4 apresenta os resultados somados dessas duas categorias, a fim de tornar os dados minimamente comparáveis com os da PNAD.



advindos seja da esfera privada seja do mundo mercantil" (Guimarães et al., 2017, p. 19). O contato direto com os empregadores avançou de 48,2% para 55%, quando a formalização, a alta rotatividade e o baixo desemprego aberto tornaram a procura por trabalho uma atividade menos incerta.

Contudo, os anos seguintes impuseram uma situação inteiramente nova. Segundo os microdados da PNAD-C, o uso da intermediação profissional retrocedeu de 10% para 4% entre 2014 e 2019, enquanto a escolha pelos contatos informais diminuiu de 14,8% para 9,9%. O uso de redes de apoio continuou a se enfraquecer durante a crise econômica de 2014-16 e a recuperação de 2017-19, períodos que foram marcados por altos índices de desemprego e informalidade. Pode-se supor que a queda do número de vagas de emprego prejudicou a atuação das redes interpessoais, visto que muitas delas se tornaram incapazes de circular informações e contatos entendidos como decisivos para os processos seletivos. Já a intermediação profissional viu seu papel diminuir frente ao alto desemprego cíclico. A partir da crise, a intermediação pública revelou indicadores ainda mais baixos de colocação e admissão, com queda da atratividade para trabalhadores¹⁰.

Ao final de 2015, a PNAD-C foi submetida a uma mudança metodológica importante. O quesito *"entrou diretamente em contato com o empregador"* deu lugar a *"entrou em contato com o empregador (pessoalmente, por telefone, por e-mail ou pelo portal da empresa, inclusive enviando currículo)"*. A inclusão do contato à distância fortaleceu essa opção de resposta, que saltou 17,2 p.p. na passagem 2015-16 (de 58,2% para 75,4%). A medida continuou a avançar nos anos seguintes, alcançando o valor surpreendente de 80,1% das respostas em 2019. Sem dúvidas, o desenho do questionário influi nos resultados. Mas para os propósitos deste artigo, o mais importante é reconhecer que a procura por trabalho no Brasil se assenta em medidas com pouca ancoragem institucional, em que os trabalhadores tendem a recorrer ao seu *"universo próximo"* para acessar informações (Ramos et al., 2015, p. 43). O contato direto com o empregador configura a forma mais simples e rotineira de manter contato constante com o mercado de trabalho, mesmo que à distância (como por e-mail, a partir de 2016) ou em face de rejeições. Ademais, a expansão do uso da internet facilitou o conhecimento sobre as vagas disponíveis, possibilitando que cada vez mais indivíduos entrassem em contato com empregadores, a fim de otimizar a participação em processos seletivos em um curto espaço de tempo¹¹.

O Sine segue uma fórmula aplicada no mundo capitalista, com o objetivo de reduzir os custos da procura por trabalho e dos processos de recrutamento no setor formal da economia. Cerca de 12,7% da força de trabalho brasileira contava com cadastro ativo no Sine em 2018. Esse número superava os indicadores registrados na Alemanha (10,2%), Portugal (9,9%) e Noruega (7,9%), mas era inferior aos da Espanha (20%), França (19,9%) e Finlândia (20,1%)¹². A proporção da força de trabalho inscrita na intermediação pública é influenciada pelo nível de desemprego e pela rotatividade da mão de obra. Em um país onde esses indicadores são elevados, o Sine tem absorvido muitos trabalhadores, a despeito da queda da atratividade a partir da crise econômica de 2014.

Por outro lado, o Sine é menos efetivo em atrair empregadores, o que afeta a capacidade de alocar trabalhadores nas firmas. Em 2015, enquanto 3,8% de todas as vagas de emprego haviam sido disponibilizadas no Sine, a mesma taxa era de 20% no Japão (OCDE, 2015). Entre 2005 e 2010, aproximadamente metade das vagas de emprego na Alemanha foram registradas no serviço público de emprego (Holzner & Watanabe, 2015). Dados de um

¹⁰A decomposição da intermediação profissional, uma inovação da PNAD-C, revela que existe certo equilíbrio entre as instituições públicas e privadas na avaliação dos trabalhadores. Em média, 3,9% dos desempregados consideravam a primeira forma como a mais importante no período 2013-19, contra 3,3% para a segunda.

¹¹Mesmo assim, essa providência costuma se assentar na circulação de informações e de recursos em redes interpessoais e institucionais, decisivas para o mapeamento de quais ocupações são adequadas e estão ao alcance dos indivíduos (Oliveira & Piccinini, 2011).

¹²Nos países europeus, o número de trabalhadores com registro ativo foi coletado na base de dados da European Commission (https://webgate.ec.europa.eu/empl/redisstat/databrowser/explore/all/lmp?lang=en&subtheme=lmp_indic&display=card&sort=category), enquanto o tamanho da força de trabalho encontra-se disponível na plataforma OECD.Stats. No Brasil, o estoque de trabalhadores com registro ativo no Sine, que difere do número de inscritos, pode ser visualizada na plataforma Sine Aberto (<https://sineaberto.economia.gov.br/dadosAbertos.html>). Já o tamanho da força de trabalho no ano de 2018 foi informada pela PNAD-C. Vale ressaltar que o cálculo não é feito de maneira individualizada, apenas representando a razão entre trabalhadores inscritos e o tamanho da força de trabalho.



survey aplicado na França, Reino Unido, Alemanha, Espanha e Suécia atestam que 42% das firmas haviam utilizado o serviço de emprego para anunciar vagas (Raikes & Davies, 2015). De 2015 a 2017, 49,7% das firmas britânicas e 47,5% das firmas dinamarquesas inscreveram pelo menos uma vaga de emprego na intermediação pública (Ingold & Valizade, 2017). Os países europeus têm aumentado a oferta de vagas de emprego desde 2010, ainda que a inscrição de trabalhadores tenha diminuído entre 2015 e 2018, frente à redução das taxas de desemprego (UE, 2019).

A baixa capilaridade entre os empregadores, evidenciada pela razão entre o número de admissões e a quantidade de vagas captadas, ajuda a explicar por que a inscrição de trabalhadores é significativa no Brasil, mas a procura por trabalho via agências de emprego não é tão importante no cotidiano. Muitos desempregados costumam conciliar diferentes estratégias de procura, e a intermediação pública oferece poucas vagas, o que resulta em chances pequenas de colocação profissional, desincentivando a frequência diária no Sine.

Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015) informam que, em 2012, cerca de 3/4 dos desempregados na Suécia, Alemanha e Eslováquia haviam contactado o serviço público de emprego em um período de quatro semanas, número que caía para 1/3 dos desempregados na Espanha e Itália. Em países como Bélgica, Alemanha, Noruega, Eslováquia e Suécia, a utilização do serviço público de emprego constituía a principal estratégia de procura por trabalho. No ano de 2016, 38% dos desempregados na União Europeia haviam contactado o serviço público de emprego no mês de referência da pesquisa (UE, 2019). Em contrapartida, complementando as evidências da PNAD e da PNAD-C sobre baixa frequência da procura por trabalho via agências de emprego no Brasil, um questionário aplicado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)¹³ em 2018 revelou que, dentre os residentes da Região Metropolitana de São Paulo, apenas 1,5% dos desempregados haviam contactado o Sine no período de referência de quatro semanas. Ainda que os serviços públicos de emprego europeus possuam limitações¹⁴, o papel do Sine é bem menos expressivo. No Brasil, boa parte das ocupações são informais e estão fora do alcance do serviço de emprego. Já as informações sobre as vagas disponíveis no mercado de trabalho formal não se encontram publicamente disponíveis, o que acentua as desigualdades de acesso aos postos de trabalho.

Considerações finais

Vimos que a densidade do Sine caiu ao longo das últimas décadas, sendo inferior em 2019 à observada em 2000, o que demonstra um recuo da capacidade da intermediação pública de regular o funcionamento do mercado de trabalho. Outros indicadores complementam o panorama. Entre 2000 e 2019, cada vez mais trabalhadores eram encaminhados para entrevistas de emprego, mas não eram absorvidos pelo mercado de trabalho após os processos seletivos. Já a taxa de colocação apresentou uma tendência irregular, crescendo nos anos 2000 e caindo no período 2011-16, o que de certa forma, acompanha os períodos de pujança ou desaceleração econômica. Em seguida, registrou um novo aumento em 2017, logo após a crise econômica, e se manteve estável até 2019, quando ocorreram quedas tanto na quantidade de colocações quanto no número de inscrições de trabalhadores.

A taxa de admissão revela que a participação do Sine no total de contratações é residual, algo observado em mercados de trabalho menos estruturados, como nos países latino-americanos (Mazza, 2013). A restrição da política de seguro-desemprego à procura por trabalho nas agências de emprego, observada no Brasil nos anos 2010, costuma ser vinculada ao desenvolvimento de um serviço ágil e eficiente de colocação profissional, como forma de

¹³A Pesquisa de Trajetórias Ocupacionais, que foi aplicada no último trimestre de 2019.

¹⁴Em 2015, dentre os indivíduos que haviam começado um trabalho no ano de referência, uma pequena parcela havia conseguido o emprego via intermediação pública, número que excedia a faixa dos 15% apenas na Eslovênia, Luxemburgo, Suécia, Hungria e Finlândia (OCDE, 2015). Possivelmente, esse indicador reflete a baixa aderência à intermediação pública por parte dos indivíduos que experimentam as transições inatividade-ocupação e ocupação-ocupação, como reconhece o documento da OCDE. Ainda assim, demonstra os limites dos serviços de emprego nos países europeus.



impelir o trabalhador desempregado à atividade econômica (Immervoll & Scarpetta, 2012). Mas no Brasil, essa experiência foi acompanhada pela queda da performance do Sine, o que se aplica aos seus indicadores de colocação, admissão e efetividade.

A intermediação pública no Brasil é mais atrativa para trabalhadores do que para empregadores. Nos dois grupos, o indicador caiu de 2014 em diante, em face da crise do mercado de trabalho. Com a piora nas perspectivas de contratação e o aumento nos índices de informalidade, mais trabalhadores passaram a implementar estratégias de procura não medidas pelo Estado. A baixa captação de vagas, um problema estrutural do Sine, também se intensificou com a crise econômica de 2014-16, o que tornou o mercado de trabalho brasileiro ainda menos transparente. Vale lembrar que esses indicadores variam entre homens e mulheres, níveis escolares e faixas etárias, seguindo as desigualdades de inserção ocupacional e a adequação dos trabalhadores às vagas captadas pelo Sine.

Considerando os baixos indicadores de performance e a alta informalidade, não é uma surpresa que o uso da intermediação profissional tenha perdido espaço para estratégias de procura por trabalho que independem da mediação estatal. Existem gastos associados à procura por trabalho, que tendem a aumentar com o uso de ferramentas privadas de intermediação e a necessidade de deslocamento no espaço urbano, quando as informações ocupacionais se encontram pulverizadas no território. Ao combinar a exclusão digital com a difusão de informações ocupacionais via Internet, sem instituições capazes de mediar o contato entre o indivíduo e as vagas disponíveis, o cenário brasileiro é propício para a reprodução de desigualdades sociais no funcionamento do mercado de trabalho. A competição intensa por empregos se soma à vigilância dos beneficiários do seguro-desemprego, demandados a frequentarem o Sine. Então, muitos ex-assalariados afluem ao Sine, mas poucas firmas entendem o Sistema como um meio válido ou necessário de recrutamento.

Para além da efetividade da intermediação pública, vale reconhecer o papel do Sine na segmentação do mercado de trabalho brasileiro, o que se aplica à regulação de um “lugar” específico desse mercado, caracterizado por ocupações assalariadas de baixa ou média qualificação; e à estratificação dos trabalhadores via intermediação profissional, com base na classificação dos atributos e das trajetórias ocupacionais no mercado formal, como forma de selecionar os trabalhadores entendidos como aptos ao encaminhamento às entrevistas de emprego.

Fonte de financiamento

Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) n. de processo 140184/2018-0.

Conflito de interesse

Não há.

Referências

Autor, David H. (2009). *Studies of labor market intermediation*. Chicago: University of Chicago Press. Introduction, pp. 1-24. <http://dx.doi.org/10.7208/chicago/9780226032900.003.0001>

Botassio, Diego, & Vaz, Daniela. (2020). Segregação ocupacional por sexo no mercado de trabalho brasileiro: Uma análise de decomposição para o período 2004-2015. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 37, 1-30. <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0131>

Brasil. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT. (2007, setembro 28). Aprova termo de referência de projetos especiais com recursos das ações orientação profissional e intermediação de mão-de-obra e habilitação do trabalhador ao seguro-desemprego (Resolução - RDC nº 557, de 26 de setembro de 2007). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília. Recuperado em 08 de junho de 2023, de <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-557-de-26-de-setembro-de-2007.pdf>

Brasil. (2018, maio 18). Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975 (Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018). *Diário Oficial [da] República*



- Federativa do Brasil, Brasília. Recuperado em 27 de setembro de 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13667.htm
- Cacciamali, Maria. (2005). As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul. *Estudos Avançados*, 19(55), 85-104. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000300007>
- Cardoso Júnior, José Celso Pereira, Gonzalez, Roberto Henrique Sieczkowski, Amorim, Brunu Marcus Ferreira, Stivali, Matheus, & Vaz, Fábio Monteiro. (2006). Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil. In Tafner, Paulo (Org.), *Brasil: O estado de uma nação – mercado de trabalho, emprego e informalidade* (pp. 397-446). Rio de Janeiro: Ipea.
- Castro, Jorge. (2012). Política social e desenvolvimento no Brasil. *Economia e Sociedade*, 21(Spe), 1011-1042. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182012000400012>
- European Commission. (2023). Recuperado em 10 de janeiro de 2022, de https://webgate.ec.europa.eu/empl/redisstat/databrowser/explore/all/lmp?lang=en&subtheme=lmp_indic&display=card&sort=category
- Felix, Jorge. (2016). O idoso e o mercado de trabalho. In Alcântara, Alexandre, Camarano, Ana, & Giacomini, Karla (Orgs.), *Política Nacional do Idoso: Velhas e novas questões* (pp. 241-263). Rio de Janeiro: Ipea.
- Guimarães, Nadya, Brito, Murillo, Adrada, Ana, & Picanço, Monise. (2017). Os pobres e o acesso ao trabalho: Entre a ação pública e o interesse privado. *Novos Estudos CEBRAP*, 36(2), 83-105.
- Guimarães, Nadya. (2009). À procura de trabalho: Instituições do mercado e redes. Belo Horizonte: Argumentvm.
- Holzner, Christian, & Watanabe, Makoto. (2015, Outubro 8-9). Understanding the role of public employment services: Theory and empirical evidence. In van den Berg, Gerard, Caliendo, Marco, & Künn, Steffen (Orgs.), *11th IZA Conference on Labor Market Policy Evaluation* (pp. 1-32). Bonn, Alemanha: IZA. Recuperado em 14 de outubro de 2020, de http://conference.iza.org/conference_files/empoe2016/holzner_c2132.pdf
- Immervoll, Herwig, & Scarpetta, Stefano. (2012). Activation and employment support policies in OECD countries. An overview of current approaches. *Iza Journal of Labor Policy*, 1(9), 1-20. Recuperado em 26 de novembro de 2021, de <https://izajolp.springeropen.com/track/pdf/10.1186/2193-9004-1-9%20.pdf>
- Ingold, Jo, & Valizade, Danat. (2017). 'Employers' recruitment of disadvantaged groups: Exploring the effect of active labour market programme agencies as labour market intermediaries. *Human Resource Management Journal*, 27(4), 530-547. <http://dx.doi.org/10.1111/1748-8583.12154>
- Leite, Marcia, & Salas, Carlos. (2014). Trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento. *Tempo Social*, 26(1), 87-100.
- Lins, João, Tonelli, Maria, & Aranha, Francisco. (2013). *Envelhecimento da força de trabalho no Brasil: Como as empresas estão se preparando para conviver com equipes, que, em 2040, serão compostas principalmente por profissionais com mais de 45 anos?* São Paulo: PWC/FGV.
- Mazza, Jacqueline. (2013). Connecting workers to Jobs: Latin American innovations in labor intermediation services. *Latin American Policy*, 4(2), 269-284. <http://dx.doi.org/10.1111/lamp.12020>
- McQuaid, Ronald. (2006). Job search success and employability in local labor markets. *The Annals of Regional Science*, 40(2), 407-421. <http://dx.doi.org/10.1007/s00168-006-0065-7>
- Menezes, Vitor. (2022). State and unemployment in central capitalism and Brazil: The constitution of unemployment as a public problem and the degree of unemployment protection. *Innovation*, 1-31. Online. <http://dx.doi.org/10.1080/13511610.2021.1964352>
- Moretto, Amilton José. (2018). O Sine no século XXI: Informação, tecnologia e políticas públicas de trabalho. In Moretto, Amilton José, Matos, Franco, Macambira, Júnior, & Cacciamali, Maria Cristina (Orgs.), *As transformações no mundo do trabalho e o sistema público de emprego como instrumento de inclusão social* (pp. 213-232). Fortaleza: IDT.
- Oliveira, Sidinei, & Piccinini, Valmiria. (2011). Mercado de trabalho: Múltiplos (des)entendimentos. *Revista de Administração Pública*, 45(5), 1517-1538. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000500012>
- Organização Internacional do Trabalho – OIT. (2015a). Public employment services in Latin America and the Caribbean: Uruguay. Genebra: OIT.
- Organização Internacional do Trabalho – OIT. (2015b). Public employment services in Latin America and the Caribbean: Chile. Genebra: OIT.
- Organização Internacional do Trabalho – OIT. (2015c). Public employment services in Latin America and the Caribbean: Argentina. Genebra: OIT.
- Organização Internacional do Trabalho – OIT. (2015d). Public employment services in Latin America and the Caribbean: Colombia. Genebra: OIT.
- Organização Internacional do Trabalho – OIT. (2015e). Public employment services in Latin America and the Caribbean: Ecuador. Genebra: OIT.
- Organização Internacional do Trabalho – OIT. (2015f). Public employment services in Latin America and the Caribbean: Paraguay. Genebra: OIT.
- Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento – OCDE. (2015). *OECD employment outlook: 2015*. Paris: OCDE.



Raikes, Luke, & Davies, Bill. (2015). *European employer's perspectives on long-term unemployment, recruitment and public employment services*. Londres: IPPR. Recuperado em 4 de dezembro de 2021, de https://www.ippr.org/files/publications/pdf/employers-perspectives-long-term-unemployment_May2015.pdf

Ramos, Carlos, & Freitas, Paulo. (1998). Sistema Público de Emprego: Objetivos, eficiência e eficácia. *Planejamento e Políticas Públicas*, 17, 59-104.

Ramos, Carlos, Lobo, Vinícius, & Anze, Viviani. (2015). A importância alocativa das políticas de emprego. *Mercado de Trabalho*, 58, 37-50.

Sine Aberto. (2022). Recuperado em 01 de março de 2022, de <https://sineaberto.economia.gov.br/dadosAbertos.html>

União Europeia – UE. (2019). *Assessment report on PES capacity*. Luxemburgo: UE.

Weishaupt, Timo. (2011, Novembro 14-15). *Governing public employment services: recent trends in social partnership and privatization*. In Paper presented at the Joint OECD/University of Maryland International Conference, Paris, França. Recuperado em 29 de setembro de 2020, de http://www.umdcipe.org/conferences/LaborActivationParis/Papers/Weishaupt_GoverningPES_Nov_2_2011.pdf

**Anexo A.** Número de trabalhadores contratados e demitidos no Brasil.

	Quantidade de postos do Sine	Trabalhadores contratados	Trabalhadores demitidos	Eventos
2000	1.189	9.668.132	9.154.973	18.823.105
2001	1.245	10.351.643	9.200.331	19.551.974
2002	1.383	9.812.379	9.329.878	19.142.257
2003	1.434	9.809.343	9.411.131	19.220.474
2004	1.479	11.296.496	9.773.220	21.069.716
2005	1.506	12.179.001	10.925.020	23.104.021
2006	1.590	12.831.149	11.602.463	24.433.612
2007	1.618	14.341.289	12.723.897	27.065.186
2008	1.683	16.659.330	15.207.127	31.866.457
2009	1.711	16.187.640	15.192.529	31.380.169
2010	1.406	19.204.847	17.067.900	36.272.747
2011	1.471	20.562.620	18.996.577	39.559.197
2012	1.511	20.432.039	19.563.798	39.995.837
2013	1.463	20.942.051	20.211.364	41.153.415
2014	1.455	20.661.059	20.508.345	41.169.404
2015	1.460	16.861.712	18.487.263	35.348.975
2017	1.341	14.172.042	15.543.405	29.715.447
2018	1.341	14.084.869	14.208.298	28.293.167
2019	1.353	14.887.209	14.466.131	29.353.340

Fonte: CAGED e Ministério da Economia, via Lei de Acesso à Informação. Elaboração própria.